

NOTAS E INFORMAÇÕES

A condescendência do Cade



Passividade ante decisões sobre Petrobras contradiz papel de autoridade concorrencial

Quando a Petrobras firmou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em junho de 2019, o compromisso de vender 8 de suas 13 refinarias, o acordo foi descrito pela diretoria do órgão co-

mo um momento histórico. Tratava-se de um pacto inédito que atendia aos dois principais aspectos da defesa concorrencial: repressão ao abuso de posição dominante e prevenção de condutas.

Foi, como é notório, um acordo desenhado pela própria Petrobras, interessada em fazer caixa para reduzir o alto endividamento. De quebra, extinguiria inquérito administrativo aberto no Cade no ano anterior para investigar suposto abuso de posição dominante em refino. De fato, controlando 98% da capacidade das refinarias nacionais, a Petrobras praticava há anos – e ainda pratica – um quase monopólio.

A Petrobras escolheu as refinarias que queria manter, todas no mercado produtor e consumidor do Sudeste, e iniciou o processo de venda das demais. As negociações empacaram, por diferentes motivos, inclusive a pandemia, e apenas três unidades foram efetivamente vendidas. O resumo da história é que o governo mudou, a estratégia da Petrobras idem e o acordo com o Cade foi desfeito.

Em recente entrevista ao *Broadcast/Estadão*, Diogo Thompson, um dos novos conselheiros do Cade, considerou um “bom sinal” a empresa pedir oficialmente a revisão do acordo e ponderou que vender ativos não é a única solução. Antes mesmo do julgamento do pedido, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciara para este semestre a recompra da refinaria de Mataripe, a única de grande porte a ser privatizada neste processo.

De todo esse vaivém, o que mais chama a atenção é

a atitude passiva do Cade, que existe para garantir a livre concorrência do mercado e evitar ou, ao menos, controlar atos de concentração. Não para impedir posições dominantes que, por si sós, não caracterizam abuso de poder econômico e concorrencial, mas para tentar manter minimamente equilibrada a disputa por mercados consumidores.

É um órgão que deveria assumir o papel de condutor das negociações, e não aceitar o papel de mero carimbador. A Cartilha do Cade ressalta que a autarquia não é uma agência reguladora, mas sim “uma autoridade de defesa da concorrência”, com responsabilidade de julgar e punir administrativamente pessoas físicas e empresas que infringam a ordem econômica. É necessário que faça valer esta autoridade.

Arigor, o monopólio da Petrobras deveria ter começado a ser extinto com a quebra do monopólio do petróleo, no fim dos anos 1990. O fato é que, a despeito da abertura do mercado e do efetivo aumento de participação de outras empresas, tanto multinacionais como novatas nacionais de menor porte, o controle de fato permanece com a Petrobras, em alguns segmentos impossibilitando a concorrência. E a ausência de competição, como se sabe, costuma castigar, em última instância, o consumidor.

Vinte e seis anos depois da quebra do monopólio do petróleo, passa da hora de repensar a concorrência neste mercado – papel que, em circunstâncias normais, cabe ao Cade. ■

LEILÕES DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE



DE SEGUNDA A
SÁBADO ÀS 09H30



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse as opções disponíveis.

SODRÉ SANTORO
45 anos

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192
Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

Petróleo Campo de Santos (SP)

Navio-plataforma começa a funcionar em setembro

RIO

A Petrobras informou que o navio-plataforma Marechal Du-

que de Caxias, que será instalado no campo de Mero, o terceiro maior campo de petróleo do Brasil, saiu no sábado, de Yantai, na China, em direção ao pré-sal da

bacia de Santos, onde o campo está localizado. Com os outros sistemas já instalados, o campo de Mero vai atingir quase 600 mil barris diários de produção.

A plataforma entrará em operação a partir de setembro deste ano e tem capacidade de produzir até 180 mil barris de óleo e de comprimir até 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia. A unidade fará parte do terceiro sistema de produção definitivo de Mero e aumenta-

rá a capacidade instalada de produção do campo para 590 mil barris diários de petróleo.

“Esse sistema de produção prevê a interligação de 15 poços à unidade, 8 produtores de óleo e 7 injetores de água e gás”, informou a estatal. ■ DEN-SE LUNA